

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE DISPENSA Nº ____/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO ____/2026
PROCESSO ADM: Nº ____/2026

O **Município de Natividade-RJ**, com sede administrativa no prédio da Prefeitura Municipal situado na Praça Ferreira Rabello, 04 – Centro, Natividade/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.920.304/0001-96, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Marcos Antônio da Silva Toledo, portador do documento de identidade nº 07454XXX-0, órgão expedidor IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.163.XXX-96,, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, _____, Estado _____, representada pelo Sr. _____, portador da CI/SSP/RG nº _____, residente edomiciliado em _____, _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar a presente ata, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº ____/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CONTAINER SANITÁRIO** para atendimento às demandas do Gabinete do Prefeito, pelo período de 03 (três) meses, de forma parcelada, conforme Termo de Referência anexo à Dispensa de Licitação nº ____/2026.

1.2. DESCRIÇÃO - QUANTIDADE - VALOR:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	UND	VL. UNIT	VL. TOTAL
01	<p>Locação de CONTAINER SANITÁRIO COM, NO MÍNIMO, 06 (SEIS) CABINES, destinado ao uso feminino ou masculino, atendendo às seguintes especificações mínimas: Produzido em chapa de aço inoxidável, em conformidade com as Normas Regulamentadoras NR-18 e NR-10, com dimensões mínimas de 6,05 m de comprimento, 2,60 m de altura e 2,44 m de largura. Deverá possuir isolamento termoacústico nas paredes e no teto, pintura interna e externa, em tinta epóxi ou poliuretano (P.U.), e portas de acesso com dimensões mínimas de 0,90 m x 2,10 m, equipadas com degraus de acesso.</p> <p>O equipamento deverá dispor de quadro de disjuntores, sistema de aterramento, piso em alumínio antiderrapante, canaletas que facilitem a limpeza e higienização interna, pontos de iluminação interna no teto e iluminação externa.</p> <p>Deverá conter no mínimo 06 (seis) gabinetes independentes, cada um equipado com bacia sanitária, assento sanitário, ducha higiênica e suporte para papel higiênico. Deverá possuir ainda bancada em aço inox com 02 (dois) lavatórios suspensos, espelho, saboneteira, suporte para papel-toalha e dispenser para álcool em espuma.</p> <p>As instalações hidrossanitárias deverão ser executadas em PVC, devendo o equipamento possuir painel de identificação para uso masculino e feminino.</p> <p>A contratada deverá disponibilizar pessoal de apoio devidamente treinado, uniformizado e equipado com todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à higienização e manutenção das cabines durante todo o período de utilização.</p> <p>O fornecimento deverá contemplar 02 (dois) fretes de entrega e 02 (dois) fretes de retirada do equipamento, bem como o fornecimento contínuo de produtos desodorizantes, reposição de papel higiênico, sabonete líquido e álcool em espuma durante todo o período de locação.</p>	06	DIÁRIAS	R\$	R\$
02	<p>Locação de CONTAINER SANITÁRIO COM, NO MÍNIMO, 10 (DEZ) CABINES, destinado ao uso feminino ou masculino, atendendo às seguintes especificações mínimas: Produzido em chapa de aço inoxidável, em conformidade com as Normas Regulamentadoras NR-18 e NR-10, com dimensões mínimas de 12,20 m de comprimento, 2,90 m de altura e 2,44 m de largura. Deverá possuir isolamento termoacústico nas paredes e no teto, pintura interna e externa, em tinta epóxi ou poliuretano (P.U.), e portas de acesso com dimensões mínimas de 0,90 m x 2,10 m, equipadas com degraus e rampa de acesso com acessibilidade.</p> <p>O equipamento deverá dispor de quadro de disjuntores, sistema de aterramento, piso em alumínio antiderrapante, canaletas que facilitem a limpeza e higienização interna, com pontos de iluminação interna no teto e iluminação externa.</p> <p>Deverá conter no mínimo 10 (dez) gabinetes independentes, cada um equipado com bacia sanitária, assento sanitário, ducha higiênica e suporte para papel higiênico, sendo obrigatoriamente 01 (um) gabinete adaptado para Pessoas com Deficiência (PcD), em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.</p> <p>Deverá possuir bancada em aço inox com mínimo 04 (quatro) lavatórios suspensos, espelho, saboneteira, suporte para papel-toalha e dispenser para álcool em espuma.</p> <p>As instalações hidrossanitárias deverão ser executadas em PVC,</p>	05	DIÁRIAS	R\$	R\$

	<p>devendo o equipamento possuir painel de identificação para uso masculino e feminino.</p> <p>A contratada deverá disponibilizar pessoal de apoio devidamente treinado, uniformizado e equipado com todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à higienização e manutenção das cabines durante todo o período de utilização.</p> <p>O fornecimento deverá contemplar 01 (um) frete de entrega e 01 (um) frete de retirada do equipamento, bem como o fornecimento contínuo de produtos desodorizantes, reposição de papel higiênico, sabonete líquido e álcool em espuma durante todo o período de locação.</p>				
--	---	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. Dispensa de Licitação de Registro de Preço nº ____2026;
- 1.3.3. A Proposta do ATA;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE:

2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **03 (três) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada quanto ao prazo e ao quantitativo, desde que o valor somado não ultrapasse o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, dentro do mesmo exercício financeiro.

2.2 DO REAJUSTE

20.1 A Ata de Registro de Preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, permanecendo inalterados os valores e as condições pactuadas durante o período de vigência de 03 (três) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1.A prestação de serviço deverá ocorrer de forma PARCELADA conforme a necessidade da Secretaria requisitante, não sendo obrigatório usar todo o saldo disponível.

3.2 A Contratada se obrigará a realizar a prestação de serviço em quantidades solicitadas, após a requisição emitida pelo Município de Natividade/RJ. A Contratada deverá estar apta no prazo máximo de 05 (cinco) dias após assinatura da ATA.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da ata é de R\$ _____ (_____), observados os valores unitários e totais constantes no item 1.2 desta Ata.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, água, lanches, alimentação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da Nota Fiscal, observada a ordem cronológica de exigibilidade, por meio de transferência eletrônica, após a execução do objeto contratual e mediante a entrega da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável, conferida e aprovada pela Administração Municipal, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos junto à Fazenda Pública Federal e Municipal do domicílio ou sede da contratada, bem como das certidões relativas ao FGTS e às obrigações trabalhistas.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 O Contratante obrigará-se a:

- 7.1.1 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 7.1.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do Órgão contratante, prestando-lhes os esclarecimentos pertinentes;
- 7.1.3 Comunicar/Notificar à empresa Contratada sobre possíveis irregularidades observadas na prestação de serviço, para imediata correção e/ou substituição;
- 7.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pelo prestador;
- 7.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada obrigará-se a:

- 8.1.1. Executar os serviços no local, datas e prazos designados pela Contratante, em estrita conformidade com as especificações e exigências constantes deste Termo de Referência e seus anexos;
- 8.1.2. Disponibilizar os containers sanitários em perfeitas condições de uso, higiene, conservação e funcionamento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições pactuadas;
- 8.1.3. Corrigir e/ou substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação formal, qualquer equipamento ou serviço executado em desacordo com as especificações contratuais, que apresente defeitos, avarias, vazamentos, falhas operacionais ou quaisquer não conformidades que comprometam sua utilização;
- 8.1.4. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, atender reclamações e comunicar imediatamente, por escrito, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços;

- 8.1.5.** Prover todos os meios necessários à plena execução dos serviços, garantindo a continuidade do atendimento durante todo o período de utilização dos equipamentos, inclusive em situações excepcionais que possam impactar a prestação dos serviços;
- 8.1.6.** Informar à Contratante, de forma imediata e por escrito, qualquer alteração em seus dados cadastrais, tais como endereço, contatos, conta bancária e demais informações relevantes para a execução contratual;
- 8.1.7.** Arcar integralmente com todas as despesas necessárias à execução dos serviços, incluindo transporte, entrega, instalação, desinstalação, manutenção, higienização, fornecimento de insumos, mão de obra, equipamentos, materiais, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros e demais custos diretos ou indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado;
- 8.1.8.** Garantir a instalação, operação e retirada dos containers sanitários nos locais e horários previamente definidos pela Contratante;
- 8.1.9.** Disponibilizar equipe de apoio devidamente treinada, uniformizada e equipada com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para a execução dos serviços de limpeza, higienização, manutenção e abastecimento dos sanitários durante todo o período de utilização;
- 8.1.10.** Manter os equipamentos permanentemente abastecidos com papel higiênico, sabonete líquido, papel-toalha, álcool em espuma e produtos desodorizantes, realizando as reposições necessárias durante toda a execução dos serviços;
- 8.1.11.** Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual, apresentando, quando solicitado pela Administração ou por ocasião dos pagamentos, as certidões comprobatórias de regularidade exigidas pela legislação vigente;
- 8.1.12.** Garantir que os containers sanitários atendam às normas técnicas, sanitárias, ambientais, de segurança e acessibilidade aplicáveis, mantendo toda a documentação necessária à comprovação de sua regularidade durante a execução contratual;

8.1.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou colaboradores;

8.1.14. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata;
- b) Der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da ata;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

10.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4 Multa:

10.2.4.1 Moratória de 1% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valorda parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promovera extinção da atapor descumprimento ou cumprimento irregularde suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.4.3 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata, nocaso de inexecução total do objeto.

10.3 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4 Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá

ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

10.4.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.5 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.6 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da



data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.8 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes desta mesma ata ou de outras que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA

11.1. A ata se extingue quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1 A ata se extingue quando a consumação do seu objeto, ou seja, com a contratação integral dos quantitativos registrados.

11.2. A ata pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nela fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a Ata.

11.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada,



deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.4 Indenizações e multas.

11.4. A extinção da ata não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício 2026, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE/RJ - CNPJ: 28.920.304/0001-96
ORGÃO
GABINETE DO PREFEITO
ELEMENTO
O.S.T.P. JURÍDICA
CÓDIGO
3.3.90.39.00
RECURSOS
ROYALTIES FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 Ficam os seguintes servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do objeto, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º, da Lei federal nº 14.133/21.

FISCAL DE CONTRATO	
Servidor: Alceney de Souza Silva Junior	Portaria GP: 483/2026

GESTOR DO CONTRATO	
Servidor: Cláudio de Barros	Portaria GP: 483/2026

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais das atas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 Registros que não caracterizam alteração da ata podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento sítio oficial: www.natividade.rj.gov.br e no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleita a Comarca de Natividade – RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natividade, RJ, ___ de _____ de 2026.

Marcos Antônio da Silva Toledo
Município de Natividade-RJ
CNPJ: 28.920.304/0001-96
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
CNPJ: XX.XXX.XXX/0001-XXX
CONTRATADA

Fiscais do Contrato

Gestores do Contrato